

VOZES QUE ROMPEM O SILÊNCIO: A UNIVERSIDADE COMO INSTRUMENTO DE ACOLHIMENTO E ARTICULAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO DISTRITO FEDERAL

Anna Beatriz V. Mattos¹

Diana Daniela B. Pinto²

Maria Eduarda S. S. Dantas³

Danilo Rinaldi dos Santos Junior⁴

Resumo: A violência de gênero no Brasil configura um fenômeno estrutural e persistente, que compromete diretamente a efetivação dos direitos humanos e da dignidade da pessoa. Apesar da existência de marcos legais importantes, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), a proteção às mulheres enfrenta barreiras institucionais, culturais e estruturais, especialmente em territórios periféricos e comunidades tradicionais. Este artigo apresenta a proposta do projeto, em fase de implementação no Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), com o objetivo de criar um modelo de acolhimento qualificado, mapeamento crítico da rede de atendimento e articulação interinstitucional, utilizando tecnologia social para fortalecer o enfrentamento à violência de gênero. O projeto prioriza a interseccionalidade, reconhecendo as especificidades das mulheres indígenas, negras, LGBTQIA+ e periféricas. Estruturado como pesquisa-ação, propõe uma abordagem multidisciplinar, formação continuada e desenvolvimento de um kit de replicação para futura expansão em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Palavras-chave: Feminicídio; Igualdade de gênero; Violência contra a mulher; Políticas públicas; Empoderamento.

1. Introdução

Dar início a um projeto voltado ao combate ao feminicídio e à promoção da igualdade de gênero é uma necessidade urgente diante da persistência de altos índices de violência contra mulheres e das desigualdades estruturais que sustentam essa realidade. Conforme destaca Saffioti (2004), “a violência contra a mulher está enraizada nas estruturas patriarcais que subjagam o gênero feminino, tornando-o vulnerável a diversas formas de opressão”. O feminicídio, enquanto forma extrema dessa violência, representa não apenas a falência das políticas de proteção, mas também o reflexo de uma cultura historicamente marcada pela subalternização e silenciamento das mulheres (Segato, 2013).

¹ Centro Universitário do Distrito Federal – UDF; ab-vm@hotmail.com

² Centro Universitário do Distrito Federal – UDF; dianadanielabp@gmail.com

³ Centro Universitário do Distrito Federal – UDF; eduarda1236@gmail.com

⁴ Centro Universitário do Distrito Federal – UDF; drinaldi@udf.edu.br

Além disso, a desigualdade de gênero manifesta-se em múltiplas dimensões da vida cotidiana, incluindo educação, mercado de trabalho, política e relações familiares, implicando tanto formas simbólicas quanto violências físicas e institucionais. Pinto (2001) reforça que “a construção social do feminino influencia diretamente a naturalização da violência, reproduzindo ciclos de opressão”. Portanto, um projeto que articule ações educativas, acolhimento e transformação institucional responde à urgência de atuar em diferentes níveis sociais.

Segundo a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), é dever do Estado garantir proteção e atendimento especializado às mulheres em situação de violência, assim como a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) prevê medidas específicas para punir este crime hediondo, reforçando o compromisso legal no enfrentamento a essa questão (Brasil, 2006; 2015). Contudo, a implementação efetiva dessas leis ainda encontra desafios, evidenciando a necessidade de projetos que integrem formação de profissionais, acolhimento humanizado e articulação interinstitucional (ONU Mulheres, 2016).

A violência de gênero configura uma das mais graves e persistentes violações de direitos humanos no Brasil, refletindo um padrão histórico de desigualdade e opressão. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o país registrou 1.437 casos de feminicídio no último ano, número alarmante que reflete a urgência da implementação de políticas públicas eficazes e de uma atuação social coordenada. No Distrito Federal, apesar da presença de estruturas institucionais, a violência contra as mulheres ainda encontra barreiras no acesso à justiça e aos serviços de acolhimento.

O presente artigo apresenta o projeto “Vozes que Rompem o Silêncio”, uma iniciativa pioneira concebida no ambiente universitário, que visa articular a Universidade como espaço estratégico de escuta, acolhimento, mapeamento e encaminhamento humanizado das mulheres em situação de violência. Inspirado por experiências reais da autora principal, mulher indígena e mãe, e pelo engajamento de outras estudantes de Direito, o projeto pretende romper o ciclo do silêncio que cerca a violência de gênero, dando voz e suporte às vítimas, além de fomentar a construção de políticas públicas baseadas em dados confiáveis e na integração entre órgãos.

Este projeto-piloto, implementado no Distrito Federal, propõe-se a expandir-se em âmbito federal, a partir do mapeamento sistemático dos serviços de proteção

existentes, com foco na identificação das falhas e na promoção de articulação interinstitucional para atendimento eficiente e humanizado.

Por fim, a transformação cultural necessária para erradicar o feminicídio e promover a igualdade exige o engajamento coletivo, envolvendo a formação de estudantes e profissionais sensíveis às questões de gênero e direitos humanos, conforme propõe Bandeira (2015), “a formação interdisciplinar é essencial para a construção de políticas públicas eficazes e comprometidas com a igualdade”.

2. Metodologia

O projeto se configura como pesquisa-ação, combinando a produção de conhecimento com a intervenção prática, pautada na metodologia qualitativa para captar as nuances das experiências das mulheres e a dinâmica da rede de atendimento. A articulação entre diagnóstico, capacitação, intervenção e monitoramento propicia ciclos contínuos de avaliação e ajuste, garantindo a relevância e efetividade da proposta.

Adota uma metodologia qualitativa e aplicada, estruturada em quatro etapas integradas:

a) Diagnóstico territorial e mapeamento crítico da rede

Utiliza pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e parcerias com órgãos públicos e ONGs para mapear serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. O banco de dados construído permitirá análise quantitativa e qualitativa da oferta, protocolos, fluxos e falhas do sistema.

b) Escuta Qualificada e Acolhimento

Constitui-se uma equipe multidisciplinar, composta por estudantes e profissionais de Direito, Psicologia e Serviço Social, capacitada para realizar atendimentos semanais, garantindo ambiente seguro, escuta ativa, orientação jurídica e social, e encaminhamento humanizado.

c) Articulação Institucional

Formalização de acordos de cooperação técnica com órgãos públicos e organizações sociais como Delegacias da Mulher, CRAS, Ministério Público, Tribunal de Justiça e serviços de saúde para garantir reencaminhamentos ágeis, com protocolos claros e sem burocracias excessivas.

d) Educação Popular e Empoderamento

Desenvolvem-se oficinas, palestras e rodas de conversa sobre direitos, prevenção da violência, autonomia econômica e fortalecimento da autoestima, ampliando o protagonismo feminino. Elaboração do kit de replicação: material didático, manual operacional, modelos de documentos e software, para futura expansão às UBS.

3. Desenvolvimento

O projeto “Vozes que Rompem o Silêncio” nasceu da conjunção entre vivências pessoais de violência e a inquietação acadêmica em transformar o conhecimento teórico em ações concretas. A autora principal, Diana Daniela B. Pinto, enfrentou múltiplas formas de violência e silenciamento, encontrando poucas respostas institucionais e apoio efetivo. Junto a colegas estudantes, decidiu criar uma intervenção que extrapolasse as paredes da universidade, promovendo o enfrentamento à violência de gênero a partir do acolhimento e da articulação com a rede de proteção.

O foco central do projeto é o mapeamento da oferta efetiva de serviços públicos e de entidades civis que atendem mulheres em situação de violência no âmbito federal, com implementação piloto no Distrito Federal. O objetivo é diagnosticar a realidade dos serviços, identificar lacunas, e articular os canais para um encaminhamento ágil e eficaz.

Além do mapeamento, o projeto promove escuta qualificada em ambiente universitário, atendida por equipe multidisciplinar formada por estudantes e profissionais capacitados, garantindo o acolhimento sensível e respeitoso às vítimas. As ações se complementam com oficinas e rodas de conversa que visam o empoderamento feminino, a disseminação de direitos e a prevenção da violência.

O projeto configura-se como um ato político e social de resistência, buscando romper o silêncio e a invisibilidade que permeiam a vida de muitas mulheres, sobretudo em contextos vulneráveis e marginalizados.

O projeto apresenta uma proposta concreta de intervenção local, partindo do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) como núcleo de atuação. Sua metodologia contempla o mapeamento e diagnóstico da rede de atendimento às mulheres em situação de violência nos níveis municipal, estadual e federal,

demonstrando um esforço de articulação interinstitucional com abrangência multiescalar.

Além disso, o projeto se atenta às realidades territoriais específicas, especialmente de mulheres que vivem em áreas periféricas, comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e regiões com acesso precário a serviços públicos essenciais. Ao identificar limitações regionais, como ausência de delegacias especializadas e transporte público inadequado, o projeto reconhece que a violência de gênero está associada ao território, agravando a vulnerabilidade em contextos de exclusão geográfica.

O potencial de replicabilidade do modelo de escuta e reencaminhamento seguro permite que a metodologia seja adotada por outras instituições, ampliando o impacto territorial. A análise considera contextos urbanos periféricos e realidades de mulheres indígenas, quilombolas e ribeirinhas, integrando serviços nos níveis municipal, estadual e federal, como DEAMs, CRAS, CREAS, Defensorias e ONGs.

3.1 Objetivos

Os objetivos do projeto Vozes que Rompem o Silêncio articulam ações estratégicas e integradas para o combate ao feminicídio e a promoção da igualdade de gênero. Busca-se prevenir o feminicídio e outras formas de violência de gênero por meio de campanhas educativas, com foco em escolas, comunidades e espaços públicos, visando a mudança cultural.

O projeto oferece acolhimento humanizado às mulheres em situação de violência, com escuta qualificada e encaminhamento responsável a serviços adequados. Também promove o mapeamento e fortalecimento da rede de proteção, identificando falhas e integrando ações entre esferas governamentais.

A promoção da autonomia feminina é realizada por meio de oficinas de empoderamento, rodas de conversa e cursos sobre direitos e independência econômica. Além disso, objetiva formar profissionais e estudantes com sensibilidade e compromisso social, nas áreas de Direito, Psicologia, Serviço Social, Saúde e Segurança Pública.

A produção de dados e diagnósticos sobre a violência de gênero subsidiará políticas públicas, permitindo a elaboração de propostas para audiências, projetos de

lei e ações governamentais. Finalmente, busca consolidar um modelo replicável de atendimento e reencaminhamento, ampliando o alcance do projeto.

O público-alvo do projeto é amplo, incluindo mulheres em situação de vulnerabilidade, jovens e adolescentes de ambos os gêneros, homens em risco ou em processo de reeducação, profissionais das áreas de segurança, saúde, assistência social e educação, e a sociedade em geral.

As mulheres em situação de violência recebem acolhimento, orientação jurídica e apoio psicológico. Os jovens são foco de ações educativas para desconstrução de padrões machistas. Homens participam de programas de conscientização e reeducação.

Profissionais são capacitados para atendimento sensível e eficaz. A sociedade é envolvida por meio de campanhas públicas, eventos e mídias sociais, promovendo reflexão e engajamento coletivo na luta contra o feminicídio e a desigualdade.

3.2. Estratégias de Implementação e Desenvolvimento

A implantação inicia-se no UDF, que oferece infraestrutura, equipe qualificada e espaço para testes. A metodologia privilegia a escuta ativa e o acolhimento humanizado, com registro cuidadoso das informações. O “kit de replicação” será desenvolvido com base nas experiências práticas, contemplando materiais para capacitação e protocolos adaptáveis a diferentes contextos. O software digital será aprimorado conforme a rotina e demandas identificadas. A fase inicial prevê o uso de fichas físicas para registro da pré-triagem, visto que a integração imediata com órgãos externos requer articulação e sensibilização. Para garantir o uso do sistema pelos órgãos de encaminhamento, será necessário estabelecer parcerias e acordos institucionais, além de promover sensibilização e treinamento, buscando minimizar a burocracia e facilitar a comunicação entre as instituições.

3.3 Abrangência Territorial e Público-Alvo

O público prioritário são mulheres em situação de violência de gênero residentes no Distrito Federal, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. Também inclui estudantes, professores, profissionais da saúde, assistência social e segurança pública, além da comunidade acadêmica em geral.

O projeto atua localmente, com base no DF, mas com metodologia replicável em outras regiões. Mapeia a rede de atendimento nos níveis municipal, estadual e federal, com atenção especial às áreas periféricas, quilombolas, indígenas e ribeirinhas.

Considera a violência territorial, ou seja, a violência agravada pelas condições socioespaciais onde as mulheres vivem. Integra órgãos e serviços como DEAMs, CRAS, CREAS, Defensorias, Casas-Abrigo e ONGs para ampliar a proteção.

3.4 Propostas de Políticas Públicas e Replicabilidade

O projeto se apresenta como modelo com potencial para ser incorporado às políticas públicas estaduais e federais de enfrentamento à violência contra a mulher. A estratégia de replicação via “kit” e parceria com UBS visa a ampliação do atendimento em territórios vulneráveis, contribuindo para a descentralização dos serviços e fortalecimento da rede. O aporte de dados qualificados reforça o controle social e a formulação de políticas baseadas em evidências.

3.5 Impactos

No âmbito individual, o projeto promove atendimento humanizado, acompanhamento e oficinas de empoderamento para fortalecer a autonomia das mulheres. No institucional, realiza mapeamento crítico da rede, elabora protocolos e forma estudantes para atuação socialmente comprometida.

No âmbito social e político, contribui para visibilidade da violência de gênero, produz dados para políticas públicas e reforça o papel da universidade como agente de transformação social. Assim, promove resultados concretos para mulheres e para a sociedade.

Este projeto transcende o campo acadêmico, posicionando a universidade como protagonista na luta contra a violência de gênero. Ao romper com a passividade institucional, promove a integração entre teoria e prática social, fomentando a justiça social e os direitos humanos.

O impacto esperado inclui não apenas a melhoria no atendimento às vítimas, mas também a sensibilização social, o fortalecimento da cidadania e a promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

Além disso, o projeto reafirma o compromisso ético de dar voz às mulheres silenciadas, enfrentando as estruturas patriarcais que alimentam a violência e o medo.

3.6 Mapeamento de Apoio e Conscientização

O mapeamento detalhado da rede de atendimento reúne órgãos federais como Ligue 180 e Casa da Mulher Brasileira; órgãos estaduais do DF, como Secretaria da Mulher, DEAM, Ministério Público e Defensoria; e órgãos municipais e redes locais como CRAS, CREAS, Comitês de Proteção e ONGs.

As informações coletadas são organizadas em planilhas com dados sobre serviços, horários, contatos e relatos das mulheres, fornecendo diagnóstico real e base para melhoria dos serviços e políticas públicas.

Considerações Éticas e Legais: O projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, garantindo o respeito à autonomia, privacidade e segurança das mulheres atendidas, bem como o cumprimento da LGPD.

3.7 Discussão

O enfrentamento do feminicídio exige abordagem interdisciplinar e participação social ampla. A complexidade da violência de gênero demanda integração de políticas, formação profissional, respeito à diversidade cultural e territorial, e sustentabilidade das ações.

O projeto Vozes que Rompem o Silêncio, ao unir escuta qualificada, empoderamento e articulação interinstitucional, propõe uma resposta estruturada para desafios da violência de gênero, com potencial para transformar realidades e influenciar políticas públicas.

4. Considerações Finais

O projeto “Vozes que Rompem o Silêncio” constitui uma proposta inovadora e interdisciplinar no enfrentamento à violência de gênero, articulando acolhimento humanizado, tecnologia social e produção acadêmica. Reafirma o papel da universidade como espaço de formação cidadã e de intervenção social, capaz de impulsionar transformações concretas e duradouras.

A iniciativa traduz a dor, a luta e a resistência de mulheres que vivenciam, diariamente, as múltiplas faces da violência de gênero. Reconhece que o silêncio imposto pela opressão só pode ser rompido por meio da escuta atenta, do acolhimento qualificado e da articulação efetiva entre instituições e sociedade civil.

Mais do que uma resposta acadêmica, trata-se de um compromisso político e social que busca gerar mudanças reais, contribuindo para a construção de um Brasil mais justo, seguro e igualitário. Ao adotar estratégias integradas e fundamentadas em evidências, o projeto fortalece políticas públicas eficazes e estimula transformações culturais necessárias para garantir os direitos e a segurança das mulheres.

Espera-se que esta experiência sirva como modelo replicável, ampliando a rede de proteção, consolidando práticas intersetoriais e fomentando a formação de uma sociedade verdadeiramente comprometida com a igualdade de gênero e a dignidade humana.

5. Referências

- BANDEIRA, Lourdes Maria. *Feminicídio: aspectos conceituais e desafios para sua implementação no Brasil*. Brasília: CLAM; Fiocruz, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.
- LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE FEMINICÍDIOS – LASFEM. *Atlas de Feminicídios 2023*. Disponível em: <http://lasfem.ufrj.br/atlas-feminicidios>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- ONU MULHERES. *Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres – feminicídio/feminicídio*. Brasília, 2016.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Violência de gênero: a construção do feminino e suas consequências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SEGATO, Rita Laura. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.